

A Polícia Judiciária foi criada a 12 de Maio de 1993, pelos Decretos Legislativos ns.º 4 e 5/93, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 65/IV/92, de 30 de Setembro.

O Capitão das Forças Armadas, **Abailardo Barbosa Amado**, foi o primeiro Director Central da PJ, cabendo-lhe a tarefa de iniciar a edificação desta instituição. O período que se seguiu à criação legal da PJ foi aproveitado para se proceder à seleção, mediante concurso público, dos quadros, que após formação específica em investigação criminal e técnicas lofoscópicas no país e em Portugal, ministrada pelo Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, viriam a integrar as categorias de técnicos profissionais de Lofoscopia, Agentes, Subinspetores e Inspectores do quadro da PJ Cabo-verdiana.

Assim em 1994, realizou-se o **I Curso de Formação de Lofoscopistas e de Agentes** da Polícia Judiciária, frequentado e concluído por 3 e 20 candidatos, respetivamente.

Os oito primeiros classificados **no I Curso de Formação de Agentes**, foram selecionados para a frequência do **I Curso de Formação de Subinspetores**, em Portugal, o qual terminaram com aproveitamento. Ao mesmo tempo, eram selecionados, também por concurso público, 4 indivíduos para a frequência, em Portugal, **do I Curso de Formação de Inspectores** da Polícia Judiciária.

Os primeiros **Lofoscopistas, Agentes, Subinspetores e Inspectores** da Polícia Judiciária tomaram posse nas respectivas categorias em Janeiro de 1995.

Dotada dos seus primeiros quadros, a PJ lançou-se na investigação da criminalidade e com especial atenção à criminalidade organizada, designadamente do tráfico de cocaína,

que silenciosamente, porque não havia apreensões nem detenções, corroía a nossa sociedade. É assim que após várias semanas de recolha, tratamento e análise de informações, a Policia Judiciária, desencadeou no dia 28 de Março de 1995, a sua primeira operação de grande envergadura, em vários hotéis e residenciais da Cidade da Praia, todos situados a escassos metros das autoridades, que culminou com apreensão de 42 Kg de cocaína e detenção de 28 traficantes de diferentes nacionalidades.

Desde essa altura a PJ firmou-se na sociedade cabo-verdiana, combatendo o tráfico de estupefacientes como nunca antes se fizera, investigando e resolvendo burlas complexas até então desconhecidas, identificando e desmontando falsificações enganosas, esclarecendo múltiplos casos de furto e roubos à mão armada de milhares de contos, homicídios, crimes sexuais, enfim, cumprindo a nobre missão de combater a criminalidade.

A PJ foi crescendo, conhecendo novos Diretores Centrais, recebendo novos contingentes de investigadores e técnicos e alargando a sua implantação territorial.

A 27 de Março de 1996 o Conselho de Ministros indigitou o Magistrado do Ministério Público, **Arlindo Luís Figueiredo e Silva**, como o novo Director Central.

Realizou-se a 31 de Julho de 1995 o **II Curso de Formação de Agentes** da Polícia Judiciária, frequentado por 20 candidatos, tendo todos concluídos com aproveitamento e tomado posse do lugar em 12 de Abril de 1996.

A 24 de Janeiro de 1997 a Policia Judiciaria em colaboração com a POP efetuou a maior apreensão de cocaína até então efetuada, 73 kg de cocaína, na sequência de uma operação levada a cabo na ilha do Maio. A droga era transportada num avião bimotor

que se fez deslocar da América Latina até a ilha do Maio com dois tripulantes. Da operação resultou na detenção de quatro indivíduos, sendo três de nacionalidade brasileira e um cabo-verdiano.

A 12 de Maio de 1997 era inaugurada a Subinspeção do Sal, tendo à frente o Subinspetor Carlos Sena, auxiliado por uma equipa composta por quatro Agentes e um Lofoscopistas.

Em Outubro de 1997 fez-se o **II Curso de Formação de Lofoscopistas**, em Portugal, no qual participaram seis candidatos, tendo todos concluído com aproveitamento e tomado posse do lugar em 1 de Janeiro de 1998.

Na mesma altura realizou-se o **III Curso de Formação de Agentes** da Polícia Judiciária, frequentado por 23 candidatos, tendo todos concluído com aproveitamento e tomado posse do lugar em 2 de Abril de 1998.

A 6 de Maio de 1998, era inaugurada a Inspeção de São Vicente, tendo à frente o Inspector Virgílio Varela, auxiliado por uma equipa composta por um Subinspetor, dezassete Agentes e dois Lofoscopistas.

Em Outubro de 1999, ocorre no Centro de Formação de Ávila – Espanha, o **II Curso de Formação de Inspectores** da Policia Judiciária tendo como participante uma única candidata.

Em Dezembro de 1999 o Magistrado do Ministério Público **Felismino Garcia Cardoso**, foi indigitado como Director Central. Este, veria a ser substituído em Outubro

de 2001 por **Virgílio Lopes Varela**, Inspector de Carreira do quadro da Policia Judiciária.

A 15 de Abril 2002 fez-se o **IV Curso de Formação de Agentes** da Polícia judiciária, no qual participaram vinte e oito candidatos, tendo todos concluído com aproveitamento e tomado posse a 24 de Setembro de 2002. Na mesma ocasião eram empossados três novos Inspectores do **III Curso de Inspectores** da Policia Judiciária e três novos Lofoscopistas do **III Curso de Formação de Lofoscopistas** decorrido em Portugal.

Em Maio de 2005 treze Agentes da Policia Judiciária eram empossados na qualidade de Subinspetores da Policia Judiciária após terem concluído com aproveitamento o **II Curso de Formação de Subinspetores** da Policia Judiciária, iniciado em Novembro de 2004.

No dia 26 de Abril de 2006 o Magistrado do Ministério Público **Óscar Silva Tavares** tomou posse como novo Director da PJ.

Em Abril de 2007 no âmbito do processo contínuo de reforço institucional da PJ foram nomeados quarenta e três novos Agentes do **V Curso de Formação de Agentes** da Policia judiciária e três novos Inspectores de investigação criminal do **IV Curso de Formação de Inspectores** da Policia Judiciária, processo esse que teve continuidade em 2008 com recrutamento de técnicos para as áreas do laboratório, tecnologias de comunicação e informática, finanças, património e recursos humanos.

Em Agosto de 2008 com o propósito de criar as condições para maior e melhor desempenho do pessoal da Policia Judiciária foi aprovado um novo **Estatuto do Pessoal da Policia Judiciária**.

A nomenclatura do quadro do pessoal de investigação criminal foi alterada passando a ser constituído por Coordenadores Superiores de Investigação Criminal, Coordenadores de Investigação Criminal, Inspectores Chefes e Inspectores. Da mesma forma, o quadro do pessoal de apoio à investigação criminal passou a ser constituído por Especialista Superior, Especialista Superior Adjunto e Especialista Auxiliar.

Nessa mesma ocasião respondendo à necessidade de dotar esta instituição de capacidade para responder eficazmente aos desafios que uma nova criminalidade cada vez mais complexa e organizada coloca, foi aprovado a nova **Orgânica da Policia Judiciária**. A Inspeção de São Vicente e da Assomada passam a ser denominadas Departamento de Investigação da Policia Judiciária do Mindelo e da Assomada, e, é elevada à categoria de Departamento de Investigação Criminal a Subinspeção da Policia Judiciária do Sal.

No âmbito dessa reforma legislativa foram aprovados, pela primeira desde a criação da Policia Judiciária o regulamento de colocações e transferências pela Portaria n.º 37/2008 de 10 de Novembro, o regulamento de classificação e louvores pela Portaria n.º 38/2008, de 17 de Novembro.

Em Janeiro de 2009 foi aprovado pela primeira vez o **Estatuto Disciplinar dos Funcionários da Policia Judiciária** pelo Decreto-Lei n.º 3/2009, de 12 de Janeiro. No dia 23 de Fevereiro de 2009 foram aprovados o novo **Regulamento de Ingresso e Acesso** pela Portaria n.º 8/2009, o novo modelo de Cartão de Identificação dos Funcionários da PJ pela Portaria n.º 6/2009 e o **Regulamento de Funcionário/Estudante** pela Portaria n.º 7/2009.

Volvidos dezasseis anos a Polícia Judiciária passou de uma situação de provisoriedade e precariedade de instalações sede para um edifício do Estado que lhe oferece melhores

condições de funcionamento e de segurança e lhe confere a dignidade que merece. Assim, no dia 23 de Janeiro de 2009, foi inaugurado a nova **sede nacional da Policia Judiciária**, localizada no antigo edifício da Empa, numa cerimónia presidida pelo Primeiro-Ministro José Maria Neves e pela Ministra da Justiça, Marisa Morais. A infraestrutura permite melhores condições para o desempenho profissional dos funcionários da Policia Judiciária e nela, destaca-se o Laboratório da Policia Cientifica e a Biblioteca. Estiveram presentes no ato, de entre outras entidades nacionais e estrangeiras os diretores nacionais da Policia Judiciária de Portugal, Almeida Rodrigues e de Guiné-Bissau, Lucinda Barbosa.

A PJ é cada vez mais uma instituição de reconhecida credibilidade, eficiência e eficácia.

Nos últimos anos, a PJ apreendeu em território nacional mais de duas toneladas e meia de cocaína e cerca de cinco toneladas de cannabis. Isto é o reflexo da intervenção e esforço que tem sido levado a cabo pela PJ no combate ao narcotráfico no país, principalmente nos aeroportos e portos nacionais, que tem servido de entreposto de tentativa de passagem de droga para dentro e fora do país.

No âmbito de criação de melhores condições de trabalho e segurança para os funcionários que trabalham nos departamentos do Sal e São Vicente, a Policia Judiciária passou a dispor desde 2009 de um edifício do Estado em São Vicente na Avenida Marginal, onde funcionava o Instituto Marítimo e Portuário.

O Departamento do Sal também passou a dispor de um edifício novo na Vila de Espargos, zona de Pretória, onde está instalado a nova sede do DIC.

- A 30 de Outubro de 2009, fez-se o 1º Curso de Inspectores da PJ à luz do novo estatuto, no qual participaram vinte e seis candidatos, todos licenciados, tendo todos concluído o curso inicial com aproveitamento.

- Foram realizadas acções de parametrização do Sistema de Informação Criminal, de forma a se adequar à nova lei orgânica entretanto aprovado em Agosto.

- Foi iniciado e concluído o projecto de ligação do Departamento de Investigação Criminal do Sal à rede do Estado.

- A Polícia Judiciária passou a contar com um novo sistema telefónico, o sistema VOIP. Esse novo sistema telefónico permitiu o cadastro de todos os telefones e inserção no sistema de gestão de inventário.

- Foram adquiridos, disponibilizados e instalados novos equipamentos informáticos, melhorando assim, as condições de trabalho, sobretudo do pessoal afecto à investigação criminal em termos de espaço de armazenamento e capacidade de processamento dos computadores.

- Foi desenvolvido e implementado um programa de manutenção preventiva dos equipamentos informáticos visando essencialmente agir de forma proactiva e diminuindo o número de falhas.

- Todos os serviços e departamentos da Polícia Judiciária estão ligados pelas novas tecnologias de comunicação.

- Em Setembro de 2010, foi inaugurado o Núcleo de Investigação Criminal da Boa Vista, a funcionar no Aeroporto Internacional da Boa Vista. Ali, foi colocada uma brigada de investigação criminal, composta por um Inspector Chefe e quatro inspectores.

- Em Novembro de 2010, foram inauguradas as novas instalações do DIC Mindelo, situado na Avenida Marginal. Um novo espaço, moderno e condigno e que trará melhores condições para que o pessoal que ali trabalhe continue a melhorar o seu excelente desempenho em prol da segurança da Ilha.

- No dia 30 de Maio de 2011, o Magistrado Judicial, Carlos Alexandre Monteiro Reis tomou posse como novo Director da PJ.

- Em 2011, foi inaugurada a **Célula Aeroportuária Anti-Tráfico do Aeroporto** Internacional da Praia (**CAAT**).

- Em Outubro de 2011, a Polícia Judiciária fez a maior apreensão de droga de sempre no arquipélago: 1503 (mil quinhentos e três) quilos de cocaína, em elevado estado de pureza, deteve vários indivíduos que se encontram em prisão preventiva, apreendeu milhares de euros, milhões de escudos caboverdianos em notas, bem como outras notas. A PJ confiscou ainda várias viaturas topo de gama.

- Em Dezembro de 2012, foram inauguradas as novas instalações da PJ na Ilha do Sal, que vem conferir maior dignidade à instituição e melhorar as condições de trabalho da PJ na Ilha.

- A Formação continua tem sido uma aposta ganha na P.J. A Direcção Nacional tem procurado dotar a P.J da actualização constante e da especialização crescente que o combate à criminalidade exige das Policias de Investigação Criminal que exercem as suas competências em domínios tão diversos como a imigração, os crimes fiscais, as infracções contra a economia e a saúde pública ou o tráfico de estupefacientes. Hoje, inegavelmente, a P.J apresenta melhores condições em matéria recursos humanos.

Ao longo dos seus vinte anos, uma das grandes apostas e dos maiores investimentos da P.J tem sido a nível dos recursos humanos. Além do curso inicial - que é uma formação com base em critérios internacionais, realizada pela P.J Portuguesa e outras instituições em cooperação com P.J CV – têm vindo a ser realizadas acções de formação contínua e especialização com base na cooperação internacional.

- Em Junho de 2011, foi realizado o 1º curso de formação de seguranças da PJ, no qual participaram 20 candidatos externos.

O Sistema de recolha e tratamento de vestígios foi modernizado, com aquisição de viaturas e equipamentos de inspecção ao local do crime.

O Laboratório de DNA, foi modernizado, faltando apenas os reagentes e consumíveis.

Foram realizadas obras de beneficiação da Sede de PJ da Praia, com aquisição de equipamentos de segurança para a Direcção Nacional, nomeadamente controlo de acessos e assiduidade.

- Em Março de 2012, a PJ assinou com a Polícia de Rotterdam – Rijnmond., um Protocolo de Cooperação.

- Em Abril de 2012, a PJ assinou com o Departamento de Justiça do Governo dos Estados Unidos da América, um Memorando de Entendimento, que permite o acesso ao SEEK (Secure Electronic Enrollment Kit – Kit de Resenha Electrónica Segura). Esse equipamento portátil permite proceder a resenha eletrónica extremamente rápida, armazenando – os em base de dados e com a virtualidade de virem a ser incluídos na base de dados alimentada pelo sistema Afis.

A cooperação internacional tem sido ao longo dos anos reforçada e alargada quer a nível de investigações e troca de informações, quer a nível de formações e de disponibilização de meios materiais de auxílio à investigação.

A cooperação com outras instituições nacionais e internacionais tem sido fundamental no cumprimento pela Polícia Judiciária das suas atribuições na vanguarda do combate à criminalidade.